

The background features a stylized green landscape with various icons representing sustainability: wind turbines, trees, and a bicycle. The overall color palette is shades of green and light blue.

Panorama da Sustentabilidade na Administração Pública Federal

 **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Brasília, 20/6/2017

Auditoria em

SUSTENTABILIDADE

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL



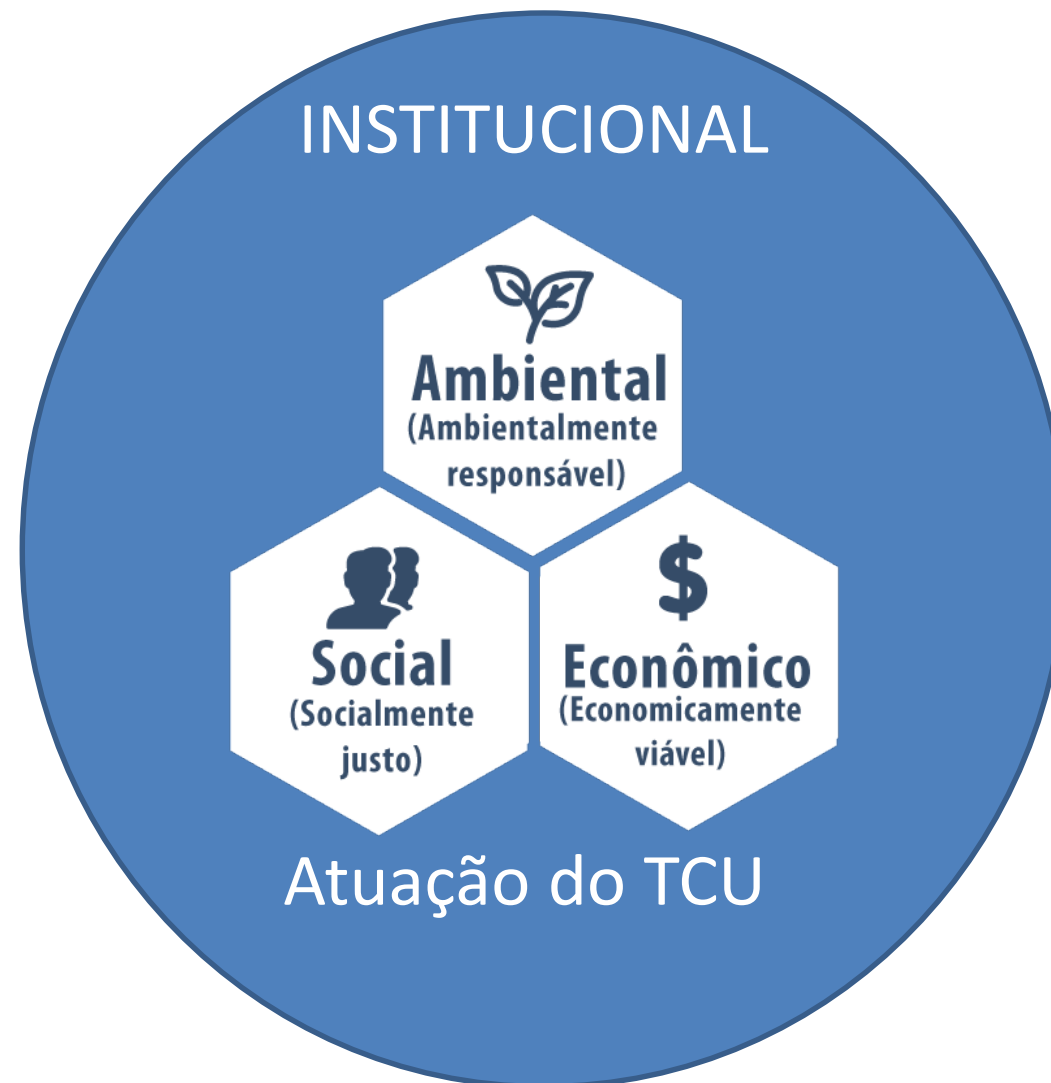
TC 006.615/2016-3



Estrutura da Apresentação

- Contextualização
- Evolução entre os períodos avaliados
- Resultados da auditoria:
 - Dados de consumo
 - IASA
- Deliberação TCU

A sustentabilidade e a Administração pública



A sustentabilidade e a Administração pública

- Eficiência no uso de insumos e redução de gastos
- Transparência da gestão
- Compras e contratações públicas (20% do PIB)
- Poder de indução da AP na transformação do mercado

Histórico

- Representação Ibama – Acórdão 1.260/2010-2ªC
- Auditoria em 2010 – Acórdão 1.752/2011-P
- Monitoramento em 2013 – Acórdão 833/2014-P
- TC 006.615/2016-3: ANOp atual



Objetivos

- Avaliar as ações empreendidas pela APF para promoção da sustentabilidade
- Avaliar evolução da sustentabilidade desde o Acórdão 1.752/2011-TCU-Plenário



Auditoria de natureza operacional

- Avaliação de políticas públicas e encaminhamentos direcionados à sua evolução



- Não busca punições a responsáveis

Evolução normativa para a sustentabilidade

Decreto 7.746/2012:

- Institucionalização das CPS na 8.666/93;
- Obrigação do planejamento sustentável (Executivo); e
- Criação de comissão consultiva com representantes de 8 Ministérios (CISAP)

Adesão pelo Poder Judiciário:

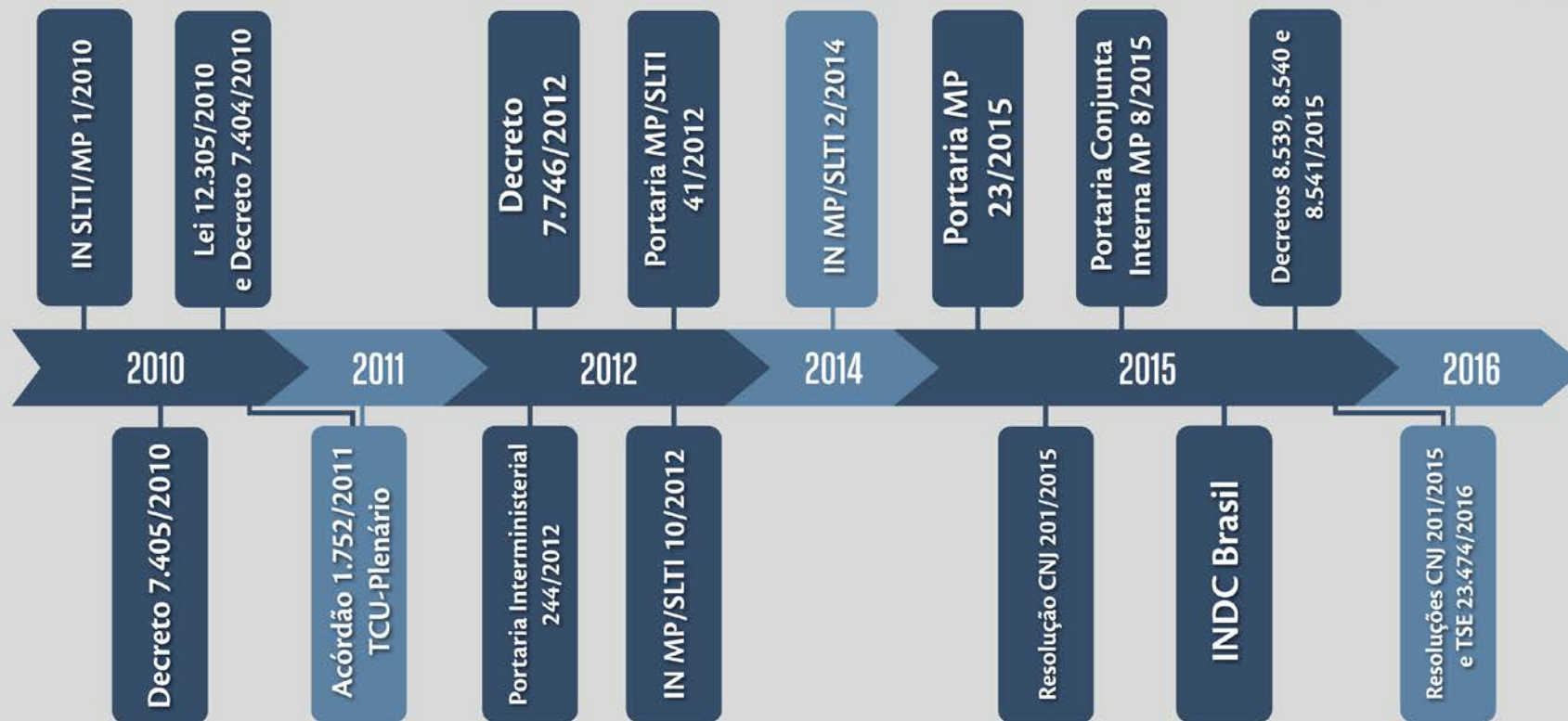
- Resoluções CNJ 201/2015 e TSE 23.474/2016



LINHA DO TEMPO DA LEGISLAÇÃO AFETA



Aspectos mais relevantes observados na evolução da legislação de sustentabilidade após a primeira auditoria do TCU no assunto, em 2010



Evolução do consumo de água, energia e papel

Dificuldades para mensuração e comparação:

- Ausência de dados centralizados
- Falta de parâmetros comparativos
- Levantamento de dados de consumo:
Concessionárias X Auto declaração

Evolução do consumo de água e energia

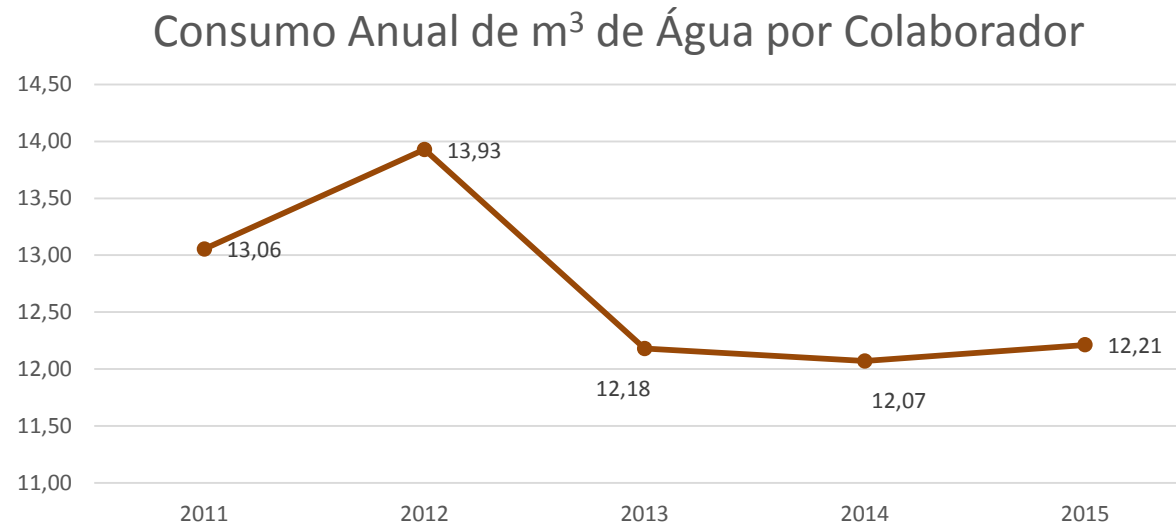
Financeiro

2005-09 x 2011-15

ANO	Gasto médio por colaborador	
	Energia	Água
2005-2009	R\$ 1.332,11	R\$ 321,86
2011-2015	R\$ 2.132,33	R\$ 202,69
% de variação	60%	-37%

Evolução do consumo de água

Físico 2011-2015

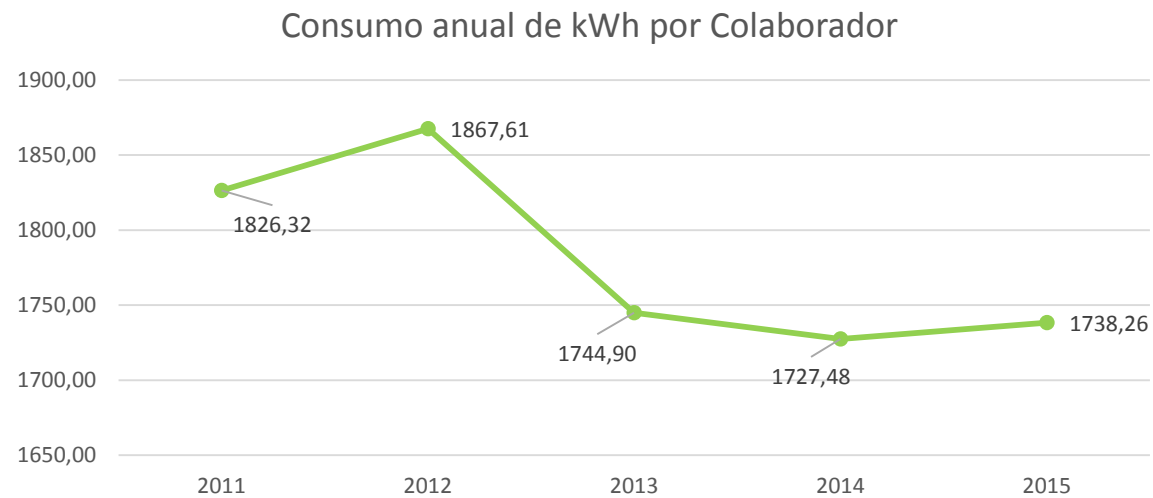


Financeiro 2011-2015

Água: +18%

Evolução do consumo de energia

Físico 2011-2015



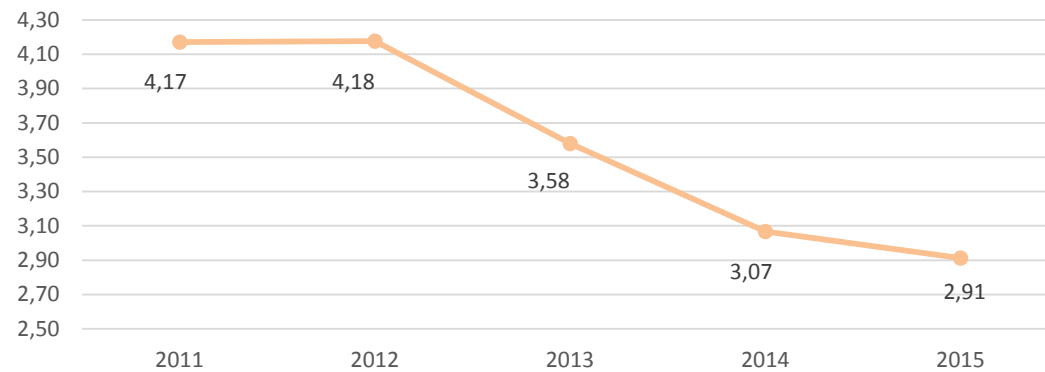
Financeiro 2011-2015

Energia: +12% (-21% e +42% de 4-5)

Evolução do consumo de papel

Físico 2011-2015

Consumo anual de resmas A4 por Colaborador



Financeiro 2011-2015

Papel: -39%

Evolução do consumo de água, energia e papel

Conclusão:

Necessidade de acompanhamento do
consumo Físico e Financeiro

Índice de Avaliação da Sustentabilidade na Administração IASA

Ausência de acompanhamento institucionalizado

- 101 instituições participantes
- 11 indicadores (consumo de insumos e demais áreas)
Auditoria anterior: 5 indicadores
- Avaliar o perfil de sustentabilidade da APF

IASA

GRANDEZA	APF	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
IASA	1,64	1,61	2,12	1,69
Indicador 1 – PLS	1,39	1,19	2,33	2,05
Indicador 2 – Energia	1,65	1,59	2,33	1,81
Indicador 3 – Água	1,44	1,44	2,67	1,29
Indicador 4 – Acessibilidade	2,23	2,17	2,67	2,38
Indicador 5 – Certificação	1,63	1,66	1,67	1,48
Indicador 6 – Papel	2,30	2,33	2,33	2,19
Indicador 7 - Resíduos e coleta	1,05	1,13	0,67	0,81
Indicador 8 – CPS	1,70	1,71	2,00	1,62
Indicador 9 – MOB	1,77	1,70	2,33	1,95
Indicador 10 – Capacitação	1,88	1,75	3,00	2,24
Indicador 11 – Programas	0,98	1,01	1,33	0,81

IASA

Média geral: 1,64

De 0 a <1:

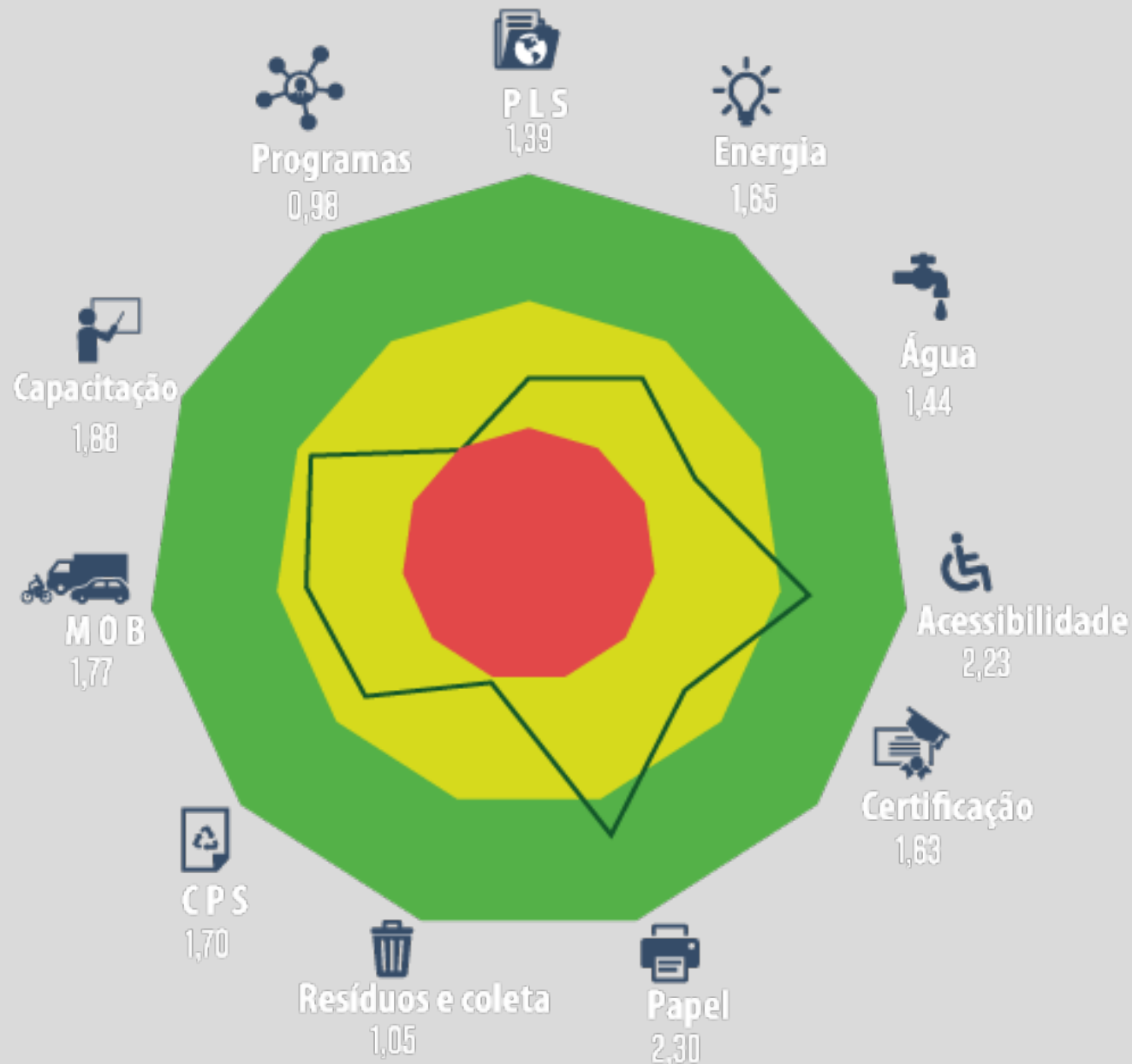
GRAU INFERIOR

De 1 a <2:

GRAU INTERMED.

De 2 a 3:

GRAU SUPERIOR



Constatações da auditoria

1. Deficiências de atuação no nível central de governo
2. Baixa evolução na adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações da APF
3. Nível incipiente das ações de certificação de edifícios públicos
4. Deficiências na gestão de resíduos e coleta seletiva solidária

Causas e Efeitos

- Liderança, estratégia e controle
- Capacitação e conscientização
- Institucionalização de ferramentas e de critérios

Acórdão 1056/2017

Governança

- Retomada da CISAP
- Apresentar sistema de acompanhamento
- Implementar índice de sustentabilidade ou similar
- Planos de incentivo, divulgação de boas práticas, capacitação e conscientização
- Acompanhar ciclo dos PLS
- PLS alinhados aos PE
- Criação de NSA



Acórdão 1056/2017

Compras Públicas Sustentáveis

- Coordenar e integrar as iniciativas (SPPEL)
- Regulamentar sustentabilidade no CATMAT / CATSER
- Plano anual de contratações, incluindo as sustentáveis



Acórdão 1056/2017

Coleta de resíduos

- Reativar atividades do CIISC
- Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos



Acórdão 1056/2017

Certificação predial

- Acompanhamento / monitoramento centralizado
- Ratificação da certificação durante vida útil
- Aumento de OIAs
- Ações de estímulo / incentivo



Isso é o fim do trabalho?



Comunidades de sustentabilidade
na AP

Monitoramentos das orientações
pelo TCU

Sustentabilidade como princípio da
Administração

CONTEXTO



OBJETIVOS DA AUDITORIA



PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS

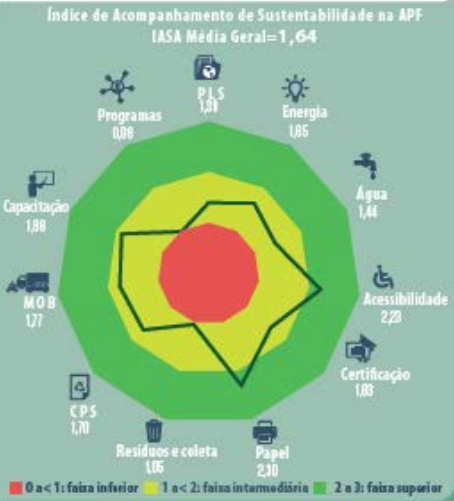
51% das instituições pesquisadas não possuem Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

Ausência de atuação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade (Cisap)

Implementação insatisfatória das ações de sustentabilidade pela Administração Pública Federal, em razão de deficiências de planejamento, coordenação e aderência a requisitos de desenvolvimento sustentável.

Menos de 1% das Contratações Públicas são Compras Públicas Sustentáveis (CPS)

Ausência de núcleo socioambiental dificulta as ações de sustentabilidade



PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU

- ✓ Retomada das atividades da Comissão Interministerial de Sustentabilidade (Cisap);
- ✓ Exigência da inclusão do PLS no planejamento das Instituições da Administração Pública Federal (APF);
- ✓ Obrigatoriedade da criação de núcleo de sustentabilidade na estrutura das Instituições da APF; e
- ✓ Aprimoramento dos critérios e das práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.



Infográfico

Obrigado

Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente
Junnius Marques Arifa (secexamb@tcu.gov.br)

Equipe de auditoria
Marcelo Orlandi Ribeiro (Coordenador)
ribeiromo@tcu.gov.br

(61) 3316 5357

Antônio de Moura Lima

(61) 3316 7361

Marco Aurélio Moraes Campos

(61) 3316 7549